

## UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DA CRISE EDUCACIONAL NO PERÍODO MILITAR

FRANCISCO ANTONIO MACHADO ARAUJO

Mestrando em Educação (UFPI), Especialista em História das Culturas Afro-Brasileiras(FTC) e Graduado em História(UESPI). Universidade Federal do Piauí. E-mail: chiquinhophb@gmail.com

### Introdução

Com o colapso do populismo no Brasil pelo Golpe Militar de 1964 e a presença das Forças Armadas como elemento principal na aparelhagem estatal, a educação brasileira passou a ser vítima do autoritarismo que se instalou no país (ARANHA, 1996). A política educacional deste período, estava voltada para o desenvolvimento econômico. No decorrer deste processo histórico, como afirmam Ferreira Junior e Bittar (2008, p.333):

O regime militar implementou as reformas educacionais de 1968, a Lei n. 5.540, que reformou a universidade, e a de 1971, a Lei n. 5.692, que estabeleceu o sistema nacional de 1º e 2º graus, pois ambas tinham com escopo estabelecer uma ligação orgânica entre o aumento da eficiência produtiva do trabalho e a modernização autoritária das relações capitalistas de produção.

A gênese desta política educacional encontra-se no processo de articulação do Golpe de 1964, que teve o apoio das forças socioeconômicas dominantes.

O Brasil vivia um processo de retomada do crescimento da produção, abertura para entrada de capitais internacionais e a necessidade de mão de obra especializada. Neste contexto, as políticas educacionais estabelecidas se aliam a “Teoria do Capital Humano”, desenvolvida por Theodore W. Schultz (1902-1998), na qual se estabelecia que a “instrução e a educação” eram, antes de tudo, valores sociais de caráter econômico. Portanto, a “instrução/

educação” é considerada como um “bem de consumo”, cuja principal propriedade é ser “um bem permanente de longa duração”, por conseguinte, diferente de outras mercadorias consumidas pelos indivíduos durante as suas vidas (SCHULTZ, 1973, p. 24-25).

Com base neste cenário, a educação tecnicista ganha espaço no Brasil do governo militar, acordos bilaterais são assinados em 31 de março de 1965 entre o MEC (Ministério da Educação) e a USAID (Agência Interamericana de Desenvolvimento dos Estados Unidos). Estes acordos e as reformas educacionais no Brasil:

(...) estavam intimamente vinculadas à concepção de capital humano. A necessidade de organização eficiente com base no planejamento, na definição de objetivos, metas, reestruturação administrativa e treinamento de pessoal docente e técnico e a eficácia na aplicação de recursos tornaram-se centrais nas políticas de educação (ROMANELLI, 1997, p.230).

O enfrentamento do fracasso escolar e o desenvolvimento educacional desse período estavam relacionados diretamente com as políticas públicas de desenvolvimento do estado militar. Para Oliveira (2000, p.197) “A educação, nesse cenário, é compreendida como um instrumento para promover o crescimento e reduzir a pobreza (...). A educação é assim concebida como um instrumento econômico indispensável ao desenvolvimento, ao progresso”. Fica claro, portanto que:

A política educacional do período entre 1964 e 1985 estava, em última instância, vinculada organicamente ao modelo econômico que acelerou, de forma autoritária, o processo de modernização do capitalismo brasileiro. Ainda mais: foram reformas educacionais que estavam inseridas num contexto histórico de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade urbano-industrial, cujas transformações societárias se desenrolavam desde 1930. (FERREIRA JUNIOR; BITTAR, 1996, p.340).

Essa associação das políticas educacionais com as forças dominantes no Brasil, já era percebida desde o início da década de 60, com a fundação do IPES (Instituto de Pesquisas em Estudos Sociais), órgão criado e mantido pelos grupos empresariais, cujo objetivo principal era "(...) estudar as reformas básicas propostas por João Goulart e a esquerda, sob o ponto de vista de um tecnocrata liberal" (DREIFUSS, 1981, p.164). O IPES articulou diversas ações que desestabilizaram o governo de João Goulart e contribuíram decisivamente para o Golpe de 1964.

Uma das participações marcantes do IPES na política de enfrentamento a crise educacional no governo militar foi a realização de um Simpósio em dezembro de 1968, intitulado "A educação que nos convém". Este evento reuniu intelectuais, militares, ministros de estado e empresários (CARVALHO, 2007, p.374) e foi marcado por diversos debates sobre a estrutura de ensino, fontes de financiamentos e objetivos.

As preocupações do IPES estavam na formação das classes dirigentes, a ampliação do acesso ao ensino as massas como forma de enfrentamento a crise educacional e às manifestações de contestação popular. O ensino técnico e profissionalizante é visto como uma das prioridades nessa política educacional. Entre os aspectos que vão caracterizar a crise da educação brasileira durante a Ditadura Militar estão "a demanda efetiva de educação e a demanda do sistema econômico para a formação de recursos econômicos" (ROMANELLI, 2009, p.206).

Partimos então para uma análise da situação educacional no Brasil durante o Regime Militar em todos os níveis. Serão analisados a partir de dados oficiais, números que caracterizem fracasso escolar, fazendo uma estreita relação com as reformas educacionais do período. Incluem-se neste caso: as reformas do 1º e 2º graus, a reforma Universitária, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB de 1971 e a criação do MOBRL (Movimento Brasileiro de Alfabetização).

## As Reformas no Ensino Superior

A demanda por quadros superiores para suprir a exigência do sistema econômico (ROMANELLI, 2009), o problema de excedentes nas universidades e da ausência de investimentos referentes a melhoria da qualidade da educação superior, foram aspectos fundamentais para que professores e alunos fossem às ruas manifestarem sua indignação ao modelo de gestão educacional do Governo Militar.

Com base na tabela 1, notamos que ao longo do regime militar, o número de matrículas no ensino superior foi ampliado. Mas este crescimento, resultado da oferta de vagas, não foi suficiente para solucionar o problema que se estabelecia no ensino superior do Brasil.

**Tabela 1: Evolução das matrículas do ensino superior.**

| Anos | População |
|------|-----------|
| 1964 | 142.388   |
| 1966 | 180.109   |
| 1968 | 278.295   |
| 1970 | 425.478   |
| 1972 | 688.382   |
| Anos | População |
| 1974 | 897.200   |
| 1976 | 1.035.000 |
| 1978 | 1.225.557 |
| 1980 | 1.377.286 |
| 1985 | 1.514.341 |

Fonte – IBGE (Dados de 1960 à 1989)

É nesse contexto, que entram em cena os acordos de cooperação financeira e assistência técnica entre o MEC e a USAID. Além do auxílio da USAID, foi criada a Comissão Meira Matos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária. Em Saviani (2008):

O marco iniciador dessa nova fase é o ano de 1969, quando entrou em vigor a Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968), regulamentada pelo Decreto n. 464, de 11 de fevereiro de 1969, mesma data em que foi aprovado o Parecer CFE n.77/69, que regulamentou a implantação da pós-graduação. Igualmente, em 1969 foi aprovado o Parecer CFE n. 252/69, que introduziu as habilitações profissionais no currículo do curso de Pedagogia. Deve-se observar que, por meio do Fórum “A educação que nos convém”, a entidade empresarial decidiu atuar como um grupo de pressão junto ao Estado, receando que a resposta do governo à crise do ensino superior não correspondesse às suas expectativas (p.297).

Com base em Pilleti & Pilleti (1997, p.2014), os estudantes e os professores reclamavam: “Abrir vagas, ampliar o corpo docente, aumentar verbas e recursos, criar cursos básicos para a integração de toda a universidade, pôr um fim na tirania da cátedra, instaurar os departamentos com seus colegiados”. Neste sentido, essa reforma imposta pelo governo não satisfazia a necessidade da sociedade estudantil. A Reforma Universitária de 1968 incluía:

- A substituição da cátedra pelo departamento para adequar a universidade ao modelo empresarial;
- A universidade foi organizada em institutos, faculdades e escolas, cujo objetivo era dificultar a integração entre os alunos;
- Os currículos foram flexibilizados, os cursos parcelados, períodos semestrais e a implantação do sistema de créditos;
- Os exames de vestibulares foram unificados e a eliminação da nota mínima.

Essa reforma ampliou a burocracia e o controle do estado na universidade. As entidades privadas foram reconhecidas como entidades assistidas pelo poder público e foram suprimidas definitivamente as verbas orçamentárias vinculadas. A rede particular se expandiu, enquanto foi imposto um estrangulamento ao crescimento da rede pública nas décadas que acompanharam a Ditadura Militar.

### **O Combate ao Analfabetismo no Brasil e o Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral**

Durante o Governo João Goulart (1963), houve um intenso debate educacional e a expansão do Método Paulo Freire por todo o país. A experiência de sucesso que Paulo Freire teve no Nordeste foi essencial para a expansão da proposta. O governo via nessa expansão, uma possibilidade de ampliar o número de eleitores no país e o surgimento de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade. No dia 21 de abril de 1964, o Ministro da Educação e Cultura, Paulo de Tarso, oficializa o PNA (Programa de Nacional de Alfabetização), utilizando o sistema Paulo Freire.

O golpe militar de 1964 interrompeu esse ambicioso projeto, o PNA foi extinto oficialmente em 14 de maio de 1964. Para Teixeira (2008, p.159), a “alfabetização como vinha sendo, era vista como ameaça à nova ordem democrática”.

Em substituição ao PNA, foi criado em 1967 o MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Como o próprio nome indica, o objetivo era minimizar o alto índice de analfabetismo que existia no Brasil. Da população brasileira com mais de 15 anos de idade, cerca de 39,35% era de analfabetos na década de 60, conforme veremos na tabela 2 a seguir:

**Tabela 2: Taxas de analfabetismo no Brasil.**

| Anos | População de 15 anos ou mais. | Analfabetos de 15 anos ou mais | Taxas de analfabetismo |
|------|-------------------------------|--------------------------------|------------------------|
| 1960 | 40.187.590                    | 15.815.903                     | 39.35                  |
| 1970 | 54.336.606                    | 17.936.887                     | 33.01                  |
| 1980 | 74.600.285                    | 19.356.092                     | 25.94                  |

Fonte – IBGE (Dados de 1960 a 1980)

Este programa continuava utilizando o Método Paulo Freire, mas sem o conteúdo ideológico que pregava. Ainda com base na tabela 2 percebemos que embora com uma redução constante dos índices, o MOBREAL não conseguiu um resultado significativo na redução do número de analfabetos no Brasil.

Estudos vão mostrar que muitas das pessoas “alfabetizadas” no MOBREAL, não obtiveram desempenho de leitura, tornaram-se analfabetos funcionais que mal sabiam ler e escrever o nome. O Mobreal foi extinto em 25 de novembro de 1985 pelo presidente José Sarney. Diplomou apenas 15 milhões dos 40 milhões de brasileiros inscritos no programa, fazendo uma relação entre as décadas de 70 para 80, houve apenas uma redução de apenas 7,07 % no número de analfabetos do país. Uma taxa inexpressiva tendo em vista o tamanho do programa.

### **As Crises e as Políticas de Governo Que Antecederam as Reformas Educacionais do 1º e 2º Graus**

Sabemos que um dos grandes problemas da crise educacional durante o regime militar estava relacionado com a dificuldade do governo em garantir os recursos humanos necessários para o desenvolvimento econômico do país. Por isso, em princípio as políticas educacionais para o 1º e 2º graus visavam atender as exigên-

cias quantitativas da demanda social de educação (ROMANELLI, 2009, p.206).

Priorizando uma política de contenção de gastos, tendo em vista que poderia comprometer as finanças do país, a expansão do ensino se deu de forma vagarosa. Conforme observamos nas tabelas 3 e 4, durante o Regime Militar no Brasil, os índices de matrículas nas séries de 1º e 2º graus foram baixíssimos:

**Tabela 3: Evolução das matrículas do Ensino de 1º Grau.**

| Anos | População   | Matrículas | Matr./pop (%) |
|------|-------------|------------|---------------|
| 1960 | 70.119.071  | 7.458.002  | 10.6          |
| 1970 | 94.501.554  | 13.906.484 | 14.7          |
| 1980 | 119.070.865 | 22.148.809 | 18.6          |
| 1985 | 135.364.396 | 24.769.736 | 18.3          |

Fonte – IBGE (Dados de 1985)

**Tabela 4: Evolução das matrículas do ensino de 2º Grau.**

| Anos | População   | Matrículas | Matr./pop (%) |
|------|-------------|------------|---------------|
| 1960 | 70.119.071  | 1.117.427  | 1.68          |
| 1970 | 94.501.554  | 4.989.776  | 5.28          |
| 1980 | 119.070.865 | 2.823.544  | 2.37          |
| 1985 | 135.364.396 | 3.016.138  | 2.23          |

Fonte – IBGE (Dados de 1985)

Como consequências desta lentidão na expansão do ensino, ocorreram várias manifestações estudantis nas quais se contestavam o sistema educacional brasileiro e ficava visível a dificuldade do governo em propor políticas de enfrentamento ao fracasso escolar no 1º e 2º graus.

Em reação a esta crise que se estabelecia, o governo iniciou um programa de captação de recursos para a educação. Em 27 de outubro de 1964 criou-se o salário educação, que foi instituído pela Lei 4.440 e instituiu que as empresas passariam a recolher aos cofres da Previdência Social cotas referentes aos números de empregados lotados.

Durante o Governo Médici em 1971, período mais violento da ditadura, foi realizada uma reforma no 1º e 2º grau pela Lei 5.692/71. Esta lei reestruturou o ensino e ampliou a obrigatoriedade escolar para 8 anos. O primário e o ginásio foram aglutinados e os exames de admissão foram extintos. Criou-se um ensino médio profissionalizante que buscava atender aos anseios da camada empresarial e o ensino supletivo. Esta reforma também aumentou o número de matérias obrigatórias e reduziu a liberdade dos sistemas estaduais de educação.

Mesmo com todas estas políticas de enfrentamento ao fracasso e a crise educacional, caracterizada pela exclusão das massas populares ao acesso à escola, muitos brasileiros continuaram sem oportunidades durante a Ditadura Militar.

### **Considerações Finais**

As políticas de enfrentamento a crise educacional no Brasil do Regime Militar, esteve intimamente ligada aos interesses das elites empresariais e a uma política de desenvolvimento econômico do país: produzir mão de obra qualificada e atender a demanda do mercado. O papel do IPES e da USAID foram essenciais na construção das reformas educacionais.

Com base na tabela 5, logo abaixo e analisando a questão do fracasso escolar no Brasil, nas décadas de 1967 e 1989, destacamos que: Dos 5.408.429 alunos iniciais de 1967, somente 401.977 conseguiram alcançar o primeiro ano universitário em 1978. Isso significa dizer que, na geração de 1967-1978, as taxa de evasão no

2º ano primário foi de 54.6%. Dos que chegaram ao 1º grau apenas 16.4 % conseguiram concluir, apenas 7.4 % entraram na universidade. A elas se associam taxas de reprovação que entre 1967 e 1971 oscilavam em torno de 63,5% (FREITAG, 1986). Dado mais alarmante ocorreu na Geração de 1978-1989, quando apenas 5.9 % dos estudantes conseguiram vaga no ensino superior.

**Tabela 5: Seletividade da escola brasileira.**

| Grau | Série | Geração 1967-1978 |           |      | Geração 1978-1989 |           |      |
|------|-------|-------------------|-----------|------|-------------------|-----------|------|
|      |       | Ano               | Alunos    | %    | Ano               | Alunos    | %    |
| 1º   | 1º    | 1967              | 5.408.429 | 100  | 1978              | 6.502.323 | 100  |
|      | 2º    | 1968              | 2.456.733 | 45.4 | 1979              | 3.597.460 | 55.3 |
|      | 3º    | 1969              | 1.984.679 | 36.7 | 1980              | 3.005.227 | 46.2 |
|      | 4º    | 1970              | 1.590.311 | 29.4 | 1981              | 2.417.984 | 37.2 |
|      | 5º    | 1971              | 1.771.510 | 32.8 | 1982              | 2.503.902 | 38.5 |
|      | 6º    | 1972              | 1.152.601 | 21.3 | 1983              | 1.886.347 | 29.0 |
|      | 7º    | 1973              | 954.529   | 17.6 | 1984              | 1.510.988 | 23.2 |
|      | 8º    | 1974              | 868.002   | 16.0 | 1985              | 1.190.912 | 18.3 |
| 2º   | 1º    | 1975              | 885.349   | 16.4 | 1986              | 1.388.911 | 21.4 |
|      | 2º    | 1976              | 687.226   | 12.7 | 1987              | 973.458   | 15.0 |
|      | 3º    | 1977              | 571.746   | 10.6 | 1988              | 767.983   | 11.8 |
| 3º   | 1º    | 1978              | 401.977   | 7.4  | 1989              | 382.221   | 5.9  |

Fonte – IBGE (Dados de 1960 à 1980) MEC/SAG/CPS. (Dados de 1989)

Percebe-se então, que a alta seletividade da escola brasileira excluiu grande parte dos estudantes, contribuindo para o fracasso escolar. Sobre o fracasso e as reformas educacionais no contexto da Ditadura Militar, Gadotti (1993) afirma que:

(...) Apesar da relativa expansão das oportunidades educacionais, nesse período, e da reorganização dos trabalhadores em educação, a qualidade de ensino deteriorou-se profundamente e os índices de evasão e, sobretudo de repetência, tornaram-se alarmantes. Segundo dados do IBGE, devido à evasão e à repetência, apenas 44% dos alunos terminavam as oito séries do ensino fundamental com 11,4 anos em média para concluí-los e apenas 3% concluíam a

oitava série sem nenhuma repetência; 65% dos alunos terminam só a quinta série (p.230).

Compreendemos que os dados produzidos na pesquisa, demonstraram que durante a Ditadura Militar (1964-1985), o fracasso escolar estava relacionado com a exclusão das camadas populares ao ensino. Defendemos que mesmo com todas as políticas de enfrentamento ao fracasso e a crise educacional, caracterizada pela exclusão das massas populares ao acesso à escola, muitos brasileiros continuaram sem oportunidades durante a Ditadura Militar.

Em 1980, o regime Militar apresentava seus primeiros sinais de enfraquecimento. O fracasso da LDB era notório. Neste momento o processo de democratização ganhava forças e vários educadores levantavam bandeiras de lutas por uma escola pública de democrática e de qualidade para todos. Em muitas dessas preocupações, estava a necessidade da permanência do aluno na escola e a valorização e qualificação dos profissionais do ensino.

### Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 1996.
- CARVALHO, Celso. O Simpósio "A Educação que nos convém: o IPES e a ação político ideológica da burguesia na década de 1960. In: Eccos – Revista Científica, São Paulo, v.9, n.2, p.369-385, jul./dez. 2007.
- DREIFUSS, R. A. *A conquista do estado – Ação política, poder e golpe de classes*. Petrópolis : Vozes, 1981.
- FERREIRA JUNIOR, A.; BITTAR, M. *Educação e ideologia tecnocrática na ditadura militar*. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 333-355, set./dez. 2008.
- FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e sociedade*, São Paulo: Editora Moraes, 1986.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1969.

- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1972.
- \_\_\_\_\_. *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1985.
- NASCIMENTO E SILVA, L. G. *Fundamentos para uma política educacional brasileira*. In: IPES. *A educação que nos convém*. Rio de Janeiro: Apec, 1969.
- OLIVEIRA, Romualdo Portela de. *Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade: uma análise histórica*. Ed.Soc., Campinas, vol. 28, p. 661-669, out.2007: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em 20/07/2013.
- PILETTI, Nelson & PILETTI Claudino. *História da educação*. 7 ed. São Paulo: Ática, 1997.
- ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil*. 34 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª ed. Campinas, Autores Associados, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O legado Educacional do Regime Militar*. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.
- SCHULTZ, T.W. *O capital humano: investimento em educação e pesquisa*. Trad. de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- TEIXEIRA, Wagner da Silva. *Educação em Tempos de Luta: História dos Movimentos de Educação e Cultura Popular (1958-1964)*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2008.